EMENDA Nº 236

Com base no art. 7º do Regulamento Interno da Comissão, dê-se a seguinte redação ao art. 27, §2º, inciso III, do anteprojeto:

Art. 27. A utilização do espaço aéreo brasileiro, por qualquer aeronave, fica sujeita às normas e condições estabelecidas pela autoridade competente, assim como aos ônus decorrentes dos serviços prestados para tornar segura a navegação aérea, ficando sujeita ao pagamento das seguintes tarifas de navegação aérea:

[...]

§ 2º Ficam isentas do pagamento das tarifas de navegação aérea:

[...]

III – aeronaves pertencentes a aeroclubes, aeronaves aerodesportivas e aeronaves detentoras de certificado de aeronavegabilidade especial;

JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no Art. 167 do anteprojeto, o certificado de aeronavegabilidade experimental é um subtipo dos certificados especiais. Dessa forma, não precisa estar explicitamente citado no artigo supracitado.

Marcus Vinicius Ramalho de Oliveira